

O PROFIC: PROGRAMA DE FORMAÇÃO INTEGRAL DA CRIANÇA — ANOTAÇÕES DE UM SEMINÁRIO

João Pedro da FONSECA *

RESUMO: A partir da descrição do PROFIC, o autor apresenta uma síntese das principais questões que fizeram parte dos debates, noticiário e artigos divulgados pela imprensa. Faz uma apreciação pessoal a respeito dos problemas que o programa suscita e propõe uma discussão da forma de implantação e do conteúdo do Programa de Formação Integral da criança. Conclui pela necessidade de aproveitamento de alguns aspectos positivos do PROFIC numa sociedade transparente onde a criança tenha vez e voz.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Menor abandonado. Escola de 1º grau.

SUMMARY: After discerning PROFIC, the author presents a synthesis of the main points raised in the discussions, articles and news that appeared in the press. Forwards a personal view on the problems relating to the program and proposes a further discussion about the contents and implementation of the Program for the Integral Raising of the child. In conclusion, indicates some positive aspects of PROFIC that should be considered in a transparent society, where the child should be respected and heard.

KEY WORDS: Child Education. Homeless Child. Primary Education.

INTRODUÇÃO

No curso de Estrutura e Funcionamento do Ensino do 1º e 2º Graus, que venho ministrando a alunos da Licenciatura, tenho procurado oferecer uma visão crítica do sistema escolar brasileiro.

Aspectos filosóficos, históricos e legais do ensino no Brasil são apresentados, principalmente nas aulas expositivas, para que os alunos reflitam sobre os caminhos e descaminhos de nossa escola.

O último item do programa oficial — Problemas do ensino de 1º e 2º graus no Brasil — é cumprido ao longo dos quatro meses de aula, por meio de seminários em que são debatidos temas de atualidade como educação popular, fracasso escolar, pré-escola, merenda escolar, ciclo básico, curso noturno e outros temas de interesse dos alunos.

* Professor Assistente do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Faculdade de Educação da USP.

Neste semestre, programei um seminário sobre o PROFIC — Programa de Formação Integral da Criança, um programa de Secretaria da Educação do Estado de São Paulo que está causando muita polêmica e tem dado oportunidade para a discussão de algumas questões que me preocupam bastante e, por isso mesmo, tem se refletido nas minhas aulas.

Foi colocada à disposição do grupo que escolheu este tema uma pasta, preparada pela Seção de Apoio à Pesquisa da FEUSP, contendo recortes de jornais, o documento oficial do PROFIC, o decreto que o instituiu, além de uma fita magnética com a gravação do debate realizado no jornal «Folha de São Paulo», no dia 14 de julho e transmitido pela Rádio Universidade de São Paulo, no dia seguinte.

A decisão de escrever este artigo decorreu da necessidade que senti de ampliar para maior número de pessoas as reflexões que o Programa suscita. Parece-me que seu maior mérito consiste exatamente em trazer à discussão questões cruciais com as quais nós educadores nos defrontamos e para as quais temos que encontrar respostas.

Usando e abusando de citações do material consultado, pretendo apresentar uma descrição do PROFIC, enunciar as principais críticas que lhe são feitas e as defesas que têm sido apresentadas pelo secretário da educação e autores do Programa.

Nas conclusões, divido com o paciente leitor, as dúvidas que o PROFIC provoca e que têm sido objeto de minhas reflexões desde o meu tempo de estudante de pedagogia, continuou na pós-graduação, esteve presente em minha dissertação de mestrado sobre pré-escola e continua em minha tese de doutoramento sobre merenda escolar. Trata-se, entre outras, da questão do papel do Estado e da escola; a especificidade da escola, a criança como totalidade e o atendimento unificado; a visão contextualizada da escola; soluções «revolucionárias» e soluções paliativas; a fragmentação da criança feita por especialistas corporativistas; os discursos «ideológicos» de liberais e marxistas. Mais do que conclusões, certezas e «dogmas», tenho dúvidas e interrogações a fazer: saída, onde está a saída? O que fazer?

O QUE É O PROFIC

No dia 8 de julho de 1986, o Diário Oficial do Estado de São Paulo publicou o Decreto nº 25469, de 7 de julho, que «institui o Programa de Formação Integral da Criança e dá providências correlatas».

A partir dessa publicação, a polêmica se instalou, envolvendo principalmente as entidades representativas do magistério, o secretário da educação e autores do Programa.

Notícias e artigos a respeito do PROFIC ganharam espaço na imprensa, ora defendendo ora atacando essa iniciativa do governo estadual.

Em que consiste o PROFIC, quais os fundamentos de sua criação e quais as principais medidas propostas? Para responder a estas perguntas, temos que recorrer ao texto do decreto.

As razões da criação do Programa estão nos «Consideranda» que são os seguintes:

- «Que é compromisso básico do Governo assumir a sua parcela de responsabilidade pela formação integral das crianças;
- Que só a continuidade da atuação do Governo, voltada para a criança e traduzida por ações intersecretariais, poderá contribuir para o combate efetivo à subnutrição, morbidade, analfabetismo, repetência, evasão escolar e despreparo para o trabalho;
- A importância do entrosamento entre as ações do Estado, dos Municípios e da comunidade dentro da proposta de regionalização e/ou municipalização de atendimento à criança do Estado de São Paulo;
- A necessidade de expansão do papel da Escola na formação das crianças, estendendo sua preocupação pedagógica além dos limites até agora existentes;
- Que o aumento da escolaridade e do tempo de permanência na escola, aliado a medidas relacionadas à nutrição, higiene e saúde, preparo para o trabalho e a vida são condições necessárias para a formação integral da criança».

Quanto às medidas propostas, precisamos também conhecer o enunciado de seus artigos:

«Artigo 1º — Fica instituído o Programa de Formação Integral da Criança com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino e propiciar oportunidades iguais a todas as crianças do Estado

Artigo 2º — O programa será desenvolvido através das Secretarias da Educação, Promoção Social, Saúde, Relações do Trabalho, Cultura e Esportes e Turismo, coordenado pela primeira.

Artigo 3º — Os Secretários de Estado da Educação, Promoção Social, Saúde, Relações do Trabalho, Cultura e Esportes e Turismo deverão formalizar e desenvolver ações conjuntas para a execução do Programa.

Artigo 4º — O Secretário da Educação fica autorizado a celebrar convênios, nos termos do modelo anexo, com os municípios interessados em participar das atividades do Programa instituído por este decreto, com prévio co-

nhecimento da Secretaria da Promoção Social e Secretarias de Estado envolvidas na sua execução.

Parágrafo único — Entidades públicas ou privadas poderão participar do Programa a que se refere este decreto, atendidos os objetivos e limitações estabelecidos no modelo da minuta de convênio.

Artigo 5º — No prazo de até 30 (trinta) dias, o Secretário da Educação e os titulares das demais Secretarias envolvidas baixarão normas complementares para execução deste decreto.

Artigo 6º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação».

Acompanha ainda o decreto uma minuta de convênio entre a Secretaria da Educação e os municípios que aceitem implantar o PROFIC.

A leitura do decreto não é suficiente para que se tenha um conhecimento completo do Programa. As críticas não são dirigidas tanto ao que está expresso no texto do decreto, principalmente porque o alvo não são as idéias em si, mas a filosofia educacional que as inspira e sua operacionalização.

Por essa razão, julgo necessário apresentar algumas conceituações presentes no documento oficial do PROFIC, elaborado por professores da UNICAMP quando o atual secretário da educação, José Aristodemo Pinotti, era reitor daquela Universidade. Este deve ser considerado o principal responsável pelo PROFIC pelo seu envolvimento pessoal por ocasião do exercício das duas funções públicas.

Principais conceituações do PROFIC

Para melhor compreender as respostas do Programa de Formação Integral da Criança é necessário conhecer o documento oficial que o gerou, especialmente as principais conceituações que ele apresenta. Vamos destacar algumas dessas conceituações, ressaltando os pontos essenciais da proposta:

- 1 — **Filosofia educacional:** «Isto implica uma radical modificação de nossa filosofia educacional e os professores, diretores e demais agentes deste processo terão de se aperceber sob uma nova luz».
- 2 — **Função de escola:** «Será necessário que o Estado redefina a escola, transformando-a de tímido instrumento dedicado à instrução dos rudimentos do saber, em instituição protetora, que tenha sob sua responsabilidade não só o ensino, como também, o cuidado da infância que lhe é confiada».

«A instrução, tarefa tradicional da escola, acontecerá num novo espaço de experiência humana. Poucas vezes se pensa nisso: a questão de aprendizagem é menos uma questão de técnicas pedagógicas que uma questão do tecido social em que ela se dá».

«Escola transformada em instrumento de cuidado integral com a infância».

«Transformação conceitual e prática das escolas de primeiro grau, de instituições dedicadas à instrução formal da infância, em instituições para a proteção integral da mesma, para que a instrução seja apenas uma de suas responsabilidades».

- 3 — **Tempo escolar:** É necessário que o tempo escolar não seja mais pensado só em termos de tempo-instrução, mas também em termos de tempo-proteção. O tempo escolar deverá ser pelo menos idêntico ao tempo de trabalho dos pais».
 - 4 — **Problemas de infância:** «Sabemos que estas situações têm suas origens em condições estruturais. A desesperança e a violência são filhas da impotência econômica e política. Assim, uma solução radical para o problema da infância exige uma transformação radical da própria estrutura da sociedade brasileira».
 - 5 — **Implementação:** «O primeiro ponto a ser notado é que não há tempo a perder. Ou se toma imediatamente alguma medida ampla e profunda, ou se corre o risco de esperar-se mais 10 ou 15 anos».
 - 6 — **Assistência:** «É preciso que a escola apareça no tempo em que a criança se defronta com o perigo do desamparo e começa uma dura aprendizagem de vida. O que está em jogo é a sobrevivência da infância. Porque, se ela não sobreviver, como poderá ser ensinada? A vida é anterior ao saber».
- «O que se deseja é um projeto com tecnologia apropriada e que dê, sob a responsabilidade do Estado, desde logo uma cobertura significativa à população carente, fugindo-se também de característica paternalista ou caritativa».
- 7 — **Comunidade:** «Se a escola quiser ir além do papel de reproduzir e transmitir fatos culturais, terá que se aproximar das comunidades, interagir e aprender com elas»:

8 — Administração escolar: «O centralismo é marcante: o Ministério controla as Secretarias e as Secretarias as escolas, que por sua vez controlam currículos e professores».

«Isto implicará num aumento de responsabilidades. Será necessário que professores e diretores sejam aliviados do peso de suas rotinas burocráticas».

Pelas citações apresentadas e pelos debates ocorridos entre autores e seus críticos, é possível identificar-se os fundamentos do PROFIC. Estes parecem decorrer muito mais de dados da realidade do que de elaborações teóricas. É na condição de iniquidade em que vivem muitas crianças e suas famílias no Estado de São Paulo que encontramos as explicações para a proposta de um programa tão abrangente e controvertido. Algumas expressões colhidas aqui e ali nos debates, artigos e noticiário dão uma idéia da «sensibilização» dos autores do PROFIC. Diante da situação de pobreza e miséria experimentada por significativa parcela da população infantil, conclui o coordenador do Programa: «Alguma coisa há que ser feita de imediato para o atendimento dessas crianças» e o secretário da educação afirma que «existem duas opções: não fazer nada ou começar». Outro membro da equipe diz: «O PROFIC baseia-se numa idéia de inconformismo da gente, que pára num sinal de tráfego e sofre ao ver uma criança vendendo limão». Em um dos debates, revela-se que a justificativa do Programa está «no problema da criança e no problema das famílias que neste momento estão desvalidas».

Os «exegetas» do PROFIC talvez encontrem os seus princípios orientadores, a filosofia e a ideologia que o inspiram. Parece, no entanto, que é no inconformismo e voluntarismo diante de determinada realidade sócio-econômica qualificada como injusta, cruel, desumana, indigna, iníqua, intolerável, inaceitável, inadmissível e haja adjetivos para descrevê-la, que seus autores encontram razões para suas respostas.

Resta saber se o inconformismo e voluntarismo são suficientes para mudar uma situação secular e socialmente construída. Resta saber se as respostas a essa complexa situação social são consistentes. Enfim, ainda que preservando a «idéia generosa» do PROFIC, precisamos examinar algumas questões administrativas que podem comprometer as louváveis intenções de seus idealizadores. Ou seja, há necessidade de se examinar se existe compatibilidade entre os fins propostos e os meios.

Precisamos conhecer quais os projetos que fazem parte deste Programa para que a análise seja a mais objetiva e construtiva possível.

Projetos que constituem o PROFIC

O que mais chama a atenção do PROFIC é sua amplitude. Vai além da escolaridade obrigatória do preceito constitucional e propõe

uma abrangência de atendimento no sentido de «dar cobertura à criança desde o nascimento».

Quatro projetos compõem o Programa:

- 1 — formação integral da criança nos dois primeiros anos (0-2)
- 2 — formação integral do pré-escolar (2-6 anos)
- 3 — formação integral do escolar (7-10 e 11 a 14 anos)
- 4 — atendimento ao menor abandonado.

Como se vê, estamos diante de um programa ambicioso que envolve tanto ações diretas quanto ações indiretas da Secretaria da Educação, indo do aleitamento materno e creches até o oferecimento de tempo integral na escola de primeiro grau, principalmente nas quatro primeiras séries, às crianças mais necessitadas.

A Secretaria da Educação tem ampliadas as suas funções. Além das ações diretas, ela assume também a função de coordenadora de ações da responsabilidade das secretarias da Saúde, Promoção Social, Cultura, Esporte e Turismo e Relações do Trabalho.

O Secretário da educação explica em que consiste a atuação indireta: «ela procurará agir muito mais questionando, instigando, provocando, incentivando, dentro e fora do Governo, do que atuando diretamente». Ele admite que o PROFIC não é um programa da secretaria da educação, mas um verdadeiro **programa de governo** (grifo meu).

Esta amplitude e abrangência do Programa foram, paradoxalmente, o seu maior mérito e ao mesmo tempo o seu grande defeito. Aí se concentraram grande parte das críticas, principalmente pelas concepções de Estado e de escola subjacentes às propostas.

Podemos passar, portanto, às críticas ao PROFIC e às defesas, sempre baseando-nos em artigos, entrevistas e debates divulgados pela imprensa.

Estas críticas podem ser divididas em dois grupos: ao processo de criação e implantação do Programa e ao seu conteúdo.

Muitos adjetivos foram empregados para qualificar o PROFIC. Quanto à forma, três adjetivos: eleitoreiro, extemporâneo e autoritário. Quanto ao conteúdo, os adjetivos são bem mais abundantes: politicamente reacionário, pedagogicamente inconsciente, moralmente retrógrado, a — histórico, megalomaniaco, incipiente, frágil, inconsistente, assistencialista, paliativo, conservador, utópico, inviável, refratário ao saber, potencialmente bom, ingênuamente generoso, programa mais de médico do que de educador.

Sem a pretensão de esgotar a análise do Programa, vamos nos deter um pouco em cada um dos dois grupos de críticas e apresentar

as defesas, sempre que possível, empregando as próprias palavras dos «contendores».

Críticas à forma de implantação

No que se refere ao processo de criação e implantação do PROFIC, duas foram as críticas mais frequentes:

- a) falta de participação
- b) oportunidade
 - fim de governo
 - período pré-eleitoral

No debate realizado no jornal «Folha de São Paulo» uma representante da APEOESP (Associação dos Professores do ensino oficial do Estado de São Paulo) inicia sua participação com as seguintes palavras: «Primeiro ponto é uma crítica, um protesto e uma promessa de luta: o autoritarismo com que está sendo implantado este projeto não pode ser e não será admitido pela rede. A APEOESP vai levar a luta até a revogação do projeto para que haja efetivamente uma discussão na rede». No final do debate, ela esclarece: «Nós não estamos pedindo a revogação do projeto para jogar no lixo. Ele será jogado no lixo se os professores e a rede assim decidirem. O que estamos reivindicando é que haja discussão, participação para saber da viabilidade, da implantação, se ele é correto».

Outro representante da mesma entidade acrescenta: «Diz o projeto que cabe ao diretor gerir as verbas e fazer valer suas destinações. Depois de tantos anos de luta para conseguir implantar um conselho de escola deliberativo, os autores do projeto não têm conhecimento disso. Isto é suficiente para mostrar como o projeto está sendo implantado de forma extremamente autoritária, sem consultar o professor, que dirá a criança».

Houve então muita polêmica sobre o caráter autoritário ou não do PROFIC, grande parte das energias e do tempo sendo canalizada nesse sentido, com ataques e defesas. O Coordenador da CEI — Coordenadoria de Ensino do Interior — rebate as críticas, dizendo que «o projeto foi discutido na linha hierárquica da Secretaria da Educação, através dos diretores regionais, delegados de ensino, supervisores e diretores de escola», enquanto outro participante da equipe afirma «se a cada passo que dermos, colocarmos em discussão, o programa não sai».

Em outra oportunidade, o Secretário da educação se mostra mais incisivo ao rebater as críticas de «supostamente não consultar a rede de ensino acerca de seu conteúdo e processo de implantação». Diz ele: «Nossas gargantas estão secas de tanto discuti-lo com os dirigentes dos órgãos de ensino, com as direções das Divisões Re-

gionais e com os delegados de ensino. Através das delegacias de ensino, ele está sendo veiculado e debatido junto à rede, sem contar que a própria Secretaria, mediante circular, está submetendo-o diretamente à apreciação de cada professor» e ressalta «a não ser que se queira lançar mão das fórmulas paralisantes e demagógicas do democratismo, o que já é outra coisa».

Outro representante da secretaria da educação dá sua contribuição à polêmica sobre a (falta de) participação: «Fala-se que não se discutiu. Mas, não se fala do que se vai discutir daqui para a frente. É claro que não se pode discutir tudo com todo mundo de uma vez. A discussão está sendo parcial. Primeiro com um grupo; primeiro as pessoas de dentro da própria secretaria; depois nós chegamos ao nível de delegacia e agora está chegando a hora de discutirmos dentro das escolas. O decreto está em linhas gerais. Nós vamos à operacionalização que é aquilo que atinge mais diretamente o professor e que vai ser discutido. Serão discutidos também a legislação e os recursos; se é para comprar material de consumo, merenda; a escola terá sua vez de opinar. Ou seja, está se fazendo uma discussão gradual».

Para finalizar essa polêmica sobre a participação ou sua falta no processo de implantação do PROFIC vale a pena mencionar que um dos autores do projeto critica «a forma absolutamente autoritária com que se está discutindo o autoritarismo do projeto».

Houve muito desgaste de ambas as partes nessa controvérsia a respeito do caráter democrático ou anti-democrático do processo de criação e implantação do Programa, com mútuas críticas de autoritarismo, com reações emocionais e perda de serenidade tanto de defensores quanto de opositores do programa.

Havia ainda outra crítica ao processo de implantação que consistia em apontá-lo como extemporâneo e eleitoreiro. Realmente, o programa é lançado no último semestre de um governo e em período de campanha eleitoral. Isso é suficiente para rotulá-lo com os dois adjetivos?

Quanto à extemporaneidade, o secretário da educação se justifica: «Não posso entender porque é que deva existir a intenção das pessoas de pautar suas ações por tempo de governo. Eu acho que governar é um processo e, uma vez que o governo decidiu iniciar esse processo, mesmo que seja no fim de governo, estou de pleno acordo... A criança não pode esperar... As medidas têm que ser tomadas agora, amanhã será tarde demais... O momento é oportuno e adequado». Podemos recorrer ainda ao que diz o documento oficial: «Este é o momento ótimo para uma intervenção mais profunda e ampla. Antes seria extemporâneo, depois a oportunidade estaria perdida».

O caráter eleitoreiro é mais enfaticamente denunciado pelo representante da APEOESP no debate na «Folha de São Paulo» «Quero ressaltar que este projeto é meramente eleitoreiro. Eu vou tirar do próprio texto as razões pelas quais este projeto é eleitoreiro. Diz que as idéias apresentadas no estudo preliminar são simples, triviais e antigas. Mas, só em vésperas de eleição e em final de governo é que elas são apresentadas e o decreto é baixado. Se as idéias são simples, triviais e antigas por que esse governo, em três anos não se apercebeu disso? E por que é eleitoreiro? Porque não se prevê verbas para ser aplicado nesse projeto. Claro que não tem verba. Ele não vai conseguir ser implantado. O que me assusta nesse projeto é que ousou chamá-lo «Paulipetro da educação» porque ele vai buscar a solução exatamente onde ela não se encontra».

Ficam aqui os registros das intervenções contrárias e favoráveis à forma de implantação do PROFIC. Que o leitor tire suas conclusões se achar relevante e se julgar suficientes os elementos oferecidos.

Passemos a questões ainda mais controversas, que dizem respeito ao conteúdo das propostas.

Crítica ao conteúdo do PROFIC

As críticas mais substanciais ao Programa de Formação Integral da Criança são dirigidas às suas propostas e à sua filosofia educacional.

Sua principal inovação está relacionada a uma nova concepção de Estado e da instituição escolar. O que os autores julgavam ser o maior mérito do Programa foi também o que recebeu mais críticas.

Como já frisamos, o PROFIC foi concebido com uma amplitude muito grande, não restrito à Secretaria da Educação, mas entendido como verdadeiro «programa de governo» como admitiu o secretário da educação.

Este «programa de governo» envolvia ações das Secretarias da Saúde, Promoção Social, Cultura, Esportes e Turismo e Relações do Trabalho, sob coordenação da Educação, além dos órgãos administradores dos recursos públicos. Previa-se ainda o engajamento das prefeituras municipais e de entidades particulares, religiosas ou não, que se envolveriam por meio de convênios.

Esse caráter ambicioso foi o primeiro alvo de ataque. Duas grandes questões foram bastante debatidas:

- 1 — Redefinição do papel do Estado na educação
- 2 — Especificidade da escola

Na primeira questão, a principal polêmica girou em torno da competência ou incompetência do Estado.

A amplitude de projetos se justificaria como forma de compensar as falhas do Estado «que não deu conta de suas tarefas de garantir à população condições de vida digna.» É no quadro de pobreza e miséria decorrente da «incompetência» do Estado para gerir a «coisa pública» que os autores do PROFIC encontram justificativa para sua criação.

A dúvida que se levantou nos debates é se haveria realmente «incompetência» do Estado ou se as prioridades governamentais, muito «competentemente» definidas, não privilegiariam interesses de grupos sociais ao invés de atender à maioria da população. Para os críticos da visão do Estado como «incompetente», teria que se verificar quais os compromissos implícitos nas diversas políticas de governo. Visto sob essa ótica, o quadro de pobreza e miséria não seria uma fatalidade ou um imprevisto, mas conseqüência lógica e natural de determinada filosofia e política governamentais.

A avaliação do Estado como incompetente, subjacente à proposta do PROFIC, é colocada em dúvida e, em seu lugar, afirma-se que existe uma definição política de não priorizar as questões sociais.

Estabeleceu-se uma diferença entre a proposta «assistencialista» do PROFIC, que é criticada, e a defesa de um Estado do Bem-Estar Social.

Um dos participantes do debate na «Folha de São Paulo» comparou a proposta do PROFIC às preocupações do início do capitalismo, na sociedade inglesa do século XVIII, quando a revolução industrial gerou a desestruturação familiar, com a incorporação das mães ao mercado de trabalho e conseqüente abandono dos filhos. Criticando-se o «paternalismo» do PROFIC, defende-se a implantação de um Estado «capaz de administrar as políticas sociais em favor da maioria», em que «as políticas sociais públicas sejam definidas e valorizadas em seu conjunto», em que «se parta de uma política global do Estado que se volta efetivamente para a solução dos problemas da sociedade».

Na redefinição do papel do Estado reivindica-se uma política global coerente e integrada onde as questões de educação, saúde, moradia e emprego sejam consideradas prioritárias, não apenas nos discursos, mas principalmente na destinação e no correto emprego dos recursos recolhidos dos contribuintes.

No documento oficial do Programa, rejeita-se a «característica paternalista ou caritativa» o que não evitou que fosse impingida a ele a crítica de assistencialista e paternalista. Essa controvérsia nos remete à segunda questão que é a redefinição do papel da escola.

Historicamente entende-se que a função da escola é a instrução formal, a relação ensino-aprendizagem.

O PROFIC implica em uma ampliação desse conceito de escola. Além do «tempo-instrução» propõe-se também o «tempo-proteção», fazendo da escola um instrumento de cuidado integral da criança. Nessa nova proposta, a criança permanecerá na escola o dia todo, correspondendo o «tempo escolar» ao tempo de trabalho dos pais. Com isso, pretende-se fundamentalmente, prevenir o «problema do menor abandonado».

A polêmica que se seguiu teve como tema central a questão **especificidade da escola**.

As críticas consistiram principalmente em apontar que o Programa «omite e nega o problema propriamente educacional, não tratando de currículo». Em resposta, um dos autores denuncia o «autoritarismo» da definição de que a função da escola é ensinar e a do aluno é aprender. Diz que esse foi o argumento da ditadura quando a escola tentava politizar os alunos. Critica o «discurso competente» do educador que se julga detentor do «monopólio do saber competente» e propõe que se acabe com o «elitismo corporativista» de pessoas que dizem «nós sabemos o que dizemos sobre educação». Quanto à questão do conteúdo curricular, justifica a omissão do Programa, dizendo que «na realidade, nós nunca identificamos problemas educacionais simplesmente com currículos. Há muitas coisas que a gente aprende sem ter currículos. Questão de currículo me faz lembrar catecismo. Na Idade Média, as pessoas acreditavam que para ensinar religião tinha que haver um currículo: quem vos criou? Deus; Que mais criou Deus? Todas as coisas». Propõe a descompressão dos currículos, o fim das «ilusões curriculares» cuja prática deforma, destrói e torna as crianças e os jovens infelizes. Invoca o exemplo do «grande mestre» Rolland Barthes, para quem os professores deveriam exercer a função da «maternagem» Opoe-se à corrente pedagógica que considera os «conteúdos curriculares» um instrumento para a libertação dos dominados. Diz ele: «é equívoco pensar que dando para os dominados o saber dos dominantes, nós vamos libertar os dominados. Isto foi o que Bourdieu denunciou quando falou sobre reprodução... O saber não é ferramenta».

Infelizmente, o debate não obedeceu a uma seqüência, com réplicas e tréplicas. Essa discussão ideológica, que me parece dividiu defensores e opositores do PROFIC, não foi devidamente explorada. Os defensores do «conteúdo» como arma de libertação dos oprimidos não se manifestaram, perdendo-se excelente oportunidade de tratar de uma das questões que mais divide os educadores atualmente.

Relacionada a esta questão, entretanto, discutiu-se «quem define a especificidade da educação», deixando uma outra dúvida no ar: a sociedade ou os especialistas? Ou os dois? Eis a «resposta»: «Sendo uma prática social, é a sociedade que define sua especificidade. É na análise das necessidades, social e historicamente colocadas, que

vamos identificar qual é a especificidade da educação». Ao mesmo tempo, porém, «não se quer com isso retirar de determinado segmento responsável, capaz e competente que são os educadores o cumprimento de sua função. . . Por que em educação não temos a coragem de admitir que quem define as necessidades e as prioridades da educação tem que ser especialista, tem que ser gente que conhece por dentro, que estuda, que se detém sobre a realidade? Por que temos que admitir a presença de soluções leigas? Isto é o discurso pseudo-democrático. Isto é reconhecer que as soluções da educação são soluções simples. Não são. Elas são complicadas. . . Então, isto é tarefa para especialistas. Entrar por um discurso de democratismo dizendo que qualquer um pode apresentar solução em educação é uma falsidade, é uma mentira». A defesa do especialista é feita com a ressalva de que ele seja uma pessoa envolvida na luta política e examine os problemas educacionais a partir da prática social, não desconsiderando os problemas sociais.

Os embates ideológicos e filosóficos se referiram, portanto, a duas questões cruciais — O Estado e a escola — não se podendo dizer que se tenha chegado a alguma conclusão de consenso.

Há um rico debate em torno destes problemas, onde todos apresentam suas crenças e suas convicções. Indiferente a tudo isso, porém, há algo muito concreto e real: crianças e jovens vivendo em uma situação dramática de pobreza e miséria. O que fazer? A saída, onde está a saída?

Problemas estruturais, soluções paliativas

Há um ponto em que autores e críticos do PROFIC concordam: «Sabemos que estas situações têm suas origens em **condições estruturais**. A desesperança e a violência são filhas da **impotência econômica e política**. Assim, uma **solução radical** para o problema da infância exige uma **transformação radical** da própria **estrutura da sociedade brasileira**». (grifos meus).

Há um outro ponto em que ambos concordam: o PROFIC é um projeto conservador. Não muda a estrutura, mas a conserva. Não propõe reforma estrutural da sociedade. É uma forma de arranjar a sociedade, especialmente a escola.

Qual a razão, então, de tanta polêmica entre defensores do Programa e seus opositores? Melhor dizendo, por que muitos combatem o Programa? O que propõem os que o combatem?

Por que, apesar de aceitá-lo como projeto conservador, os autores do PROFIC o propõem?

Embora tenha procurado respostas a todas estas perguntas, só encontrei para a última: «O PROFIC é um projeto conservador, não propõe reforma estrutural da sociedade; é uma forma de arranjar

a sociedade e a escola, especialmente; arranjar de maneira provisória enquanto as grandes transformações sociais não vêm, de tal maneira que as crianças sofram menos, os pais tenham menos ansiedades e elas possam ser mais felizes». O Secretário da educação declarou: «Eu trabalharia nele até num regime ditatorial porque as crianças não têm nada a ver com isso, não são culpadas por esse ou aquele regime» e sintetiza sua opção: «melhor fazer dentro do que é possível fazer».

Por que se fez o PROFIC? «Porque existem milhares e milhares de crianças em situação de abandono dramático, que não podem esperar até que as estruturas sejam mudadas» e porque «A criança não pode esperar».

Eis a questão que mais me preocupa nessa polêmica a respeito do PROFIC: a aceitação ou não de soluções provisórias, emergenciais enquanto não conseguimos as soluções radicais, definitivas, estruturais.

Existe uma situação dramática real e concreta, aqui e agora? Que respostas dar a ela? Pode-se, em nome de uma Utopia futura que, mesmo começando a ser construída hoje, demandará algum tempo para se tornar realidade, recusar uma solução rotulada de conservadora e paliativa? A adoção de bons paliativos pode ser descartada em nome de um discurso ideológico de uma sociedade sem classes, sem explorados nem exploradores, sem conflitos entre capital e trabalho e outros ideais, tão desejáveis quanto distantes? É verdade que a proposição de soluções paliativas retarda as soluções estruturais de uma sociedade justa, igualitária, onde ninguém sofra privações e todos tenham seus direitos respeitados? É ético negar socorro a crianças que sofrem aqui e agora porque sua situação dramática tem origem em condições estruturais?

Não me parece que os autores do PROFIC o tenham apresentado como uma solução ideal, a melhor solução para os problemas que estão aí. O próprio reconhecimento da origem estrutural dos problemas e da necessidade de transformações radicais da estrutura da sociedade brasileira é uma prova de que não são ingênuos a ponto de idealizarem sua proposta de solução provisória.

Persiste, porém, a dúvida se o PROFIC é um bom paliativo. Para isso, precisamos analisar algumas questões que dizem respeito à sua operacionalização.

Como veremos em seguida, aqui residem alguns pontos vulneráveis do Programa que foi apresentado como uma instituição paralela ao sistema escolar existente, com algumas propostas «improvisadas» quanto a instalações, clientes, organograma, recursos humanos e orçamento. Dá impressão de que o PROFIC não foi precedido de um diagnóstico da rede, residindo aí um de seus maiores para-

doxos: onde sua necessidade é maior é também mais difícil sua implantação.

Operacionalização do PROFIC: clientela, instalações, organograma, recursos humanos, orçamento.

Começamos pela questão do orçamento. Uma única frase do documento oficial do Programa dá uma medida da sua «imprevidência»: «Os valores dependerão do dimensionamento a ser feito de comum acordo com as equipes da Secretaria».

Ora, o mesmo documento estabeleceu etapas de implantação, cumprindo o seguinte cronograma:

- 1º — a partir de agosto de 1986, com 2.230 módulos construídos ou adaptados, atendendo a 100.000 crianças;
- 2º — a partir de outubro de 1986, com mais 3.125 módulos, incorporando mais 125.000 crianças;
- 3º — a partir do início de 1987, com mais 5.625 módulos, atendendo a meta de 600.000 crianças, ou seja, 15% da população escolar do Estado.

As construções já haviam sido determinadas como sendo «módulos básicos compostos com uma sala de aula para abrigar 45 crianças, um espaço coberto com cerca de 100 m², cozinha, banheiros e depósito para materiais. Cada um deles deverá ter cerca de 250 m²».

Quanto aos recursos humanos, estabeleceu-se a formação de duas equipes:

a) equipe central, com os seguintes profissionais:

- diretor do projeto;
- médico ou outro agente de saúde;
- nutricionista;
- técnico em assuntos educacionais;

b) equipe dos núcleos locais:

- agente de educação;
- recreacionista;
- servente.

Causa estranheza que um Programa tão ambicioso, com tantas minúcias quanto à clientela a atender, módulos a construir ou adaptar, pessoal a admitir e treinar, organograma a cumprir, não tenha feito um estudo de custo e não tenha assegurado recursos para sua execução.

A manchete do jornal «O Estado de São Paulo» do dia 25/6: «Falta verba federal para o programa de Pinotti» iria se repetir nos

meses seguintes: «Formação da criança, o plano ainda no papel» em «O Estado, de 05/8 e «PROFIC ainda está sem verba e cronograma» em «Folha de São Paulo» de 16/9, só para citar alguns exemplos.

Vimos várias referências a promessas de verbas, mas parece que não se deve contar apenas com esforços e dedicação que, necessários e imprescindíveis, não são suficientes para implantar programas.

O fato é que os cronogramas não foram cumpridos, os recursos não foram liberados, até o momento o programa não «saiu do papel» e corre o risco de continuar sendo apenas uma idéia antiga, simples e trivial.

PROFIC: uma avaliação e muitas reflexões

Escrever a respeito de um Programa em andamento, que parte da história imediata, traz riscos. Não passou ainda tempo suficiente para uma avaliação serena e objetiva dos resultados.

O PROFIC é ainda uma incógnita. É difícil prever seu futuro, principalmente se considerarmos as reações que despertou na rede de ensino.

Apesar de seus poucos meses de vigência, entretanto, algumas reflexões podem ser feitas a seu respeito e a partir dele.

A análise do PROFIC me levou a fazer algumas associações de idéias. Não resisto a relacionar o PROFIC com o CIEP ou «brizolão» e os dois com o PARQUE INFANTIL de São Paulo, de 1935

Fazendo uma comparação entre o PROFIC e os «brizolões», diz o secretário da educação de São Paulo: «A idéia do PROFIC é um pouco mais ambiciosa, no sentido de dar cobertura à criança desde o nascimento, e por outro lado modesta, porque não está vinculada à construção de prédios». Se o secretário acentuou as diferenças, não podemos deixar de considerar as semelhanças: o tempo de permanência da criança, a idéia de proteção, a preocupação com a clientela mais «carente». Embora eu não conheça bem o CIEP, parece-me que há de comum entre as três instituições a idéia de prevenção social, «tirar a criança da rua», prestar assistência médica e nutricional, oferecer tempo integral, prevenir o «problema do menor».

Gostaria de ver uma mesa redonda composta pelos autores do CIEP e do PROFIC expondo suas respectivas concepções filosóficas, educacionais e ideológicas, suas idéias políticas e seus projetos de sociedade. Seria muito proveitoso o encontro do «socialismo moreno» com a «democracia cristã».

Às vezes tenho a impressão de que nós educadores «patinhamos» nos mesmos problemas, não levamos às últimas conseqüências os projetos que se sucedem sem a devida avaliação; muitos sonhos são abortados e não têm continuidade.

Fiz referências ao PARQUE INFANTIL de São Paulo, criado em 1935. Pois bem, cinquenta e um anos atrás, pensou-se em criar uma instituição a que se chamou «peri-escolar» ou «extra-escolar» com o objetivo de oferecer à criança de 3 a 12 anos educação, assistência e recreação. Em seqüência ao parque infantil, criou-se os clubes de menores operários e clubes de moças para atender adolescentes.

Entrevistas realizadas com alguns dos criadores dos parques infantis me permitiram concluir que sua preocupação central era com a formação integral da criança, indo além de «mera instrução formal», o que coincide com a proposta do PROFIC.

Se coincidem na idéia, entretanto, PARQUE INFANTIL e PROFIC se distanciam na operacionalização. Enquanto o primeiro era uma instituição «sui generis» com instalações próprias de 20.000 metros quadrados, o segundo é uma instituição paralela com módulos construídos ou adaptados com 250 metros quadrados. O CIEP, por sua vez, tem instalações adequadas aos seus objetivos.

Não pretendo esgotar a comparação entre essas instituições, principalmente porque elas devem ser analisadas dentro de uma visão contextualizada. Pode-se estabelecer a aproximação mais pela forma comum que elas têm de encarar os equacionamentos dos problemas sociais.

Refiro-me à oposição que geralmente se estabelece entre reformas e revolução, entre abordagem macro e micro social, entre as grandes e as pequenas soluções, entre o ideal e o possível, entre o amanhã e o aqui e agora. Nos casos citados, estamos diante de soluções concretas para problemas concretos. Se são boas as respostas ou se «buscam a solução exatamente onde ela não se encontra» é uma questão controversa como se pode observar nas reações ao PROFIC.

Quanto a este último programa, independentemente de sua implantação ou não, acredito que seja possível realizar um balanço crítico das discussões que ele suscitou.

No que diz respeito ao processo de implantação, apesar das explicações das autoridades da secretaria da educação, parece ter realmente faltado participação da rede de ensino. A urgência das medidas e a pressa em adotá-las não justificam a falta de consulta à «comunidade» intra-escolar e extra-escolar. Um programa que depende do apoio de toda a sociedade para seu sucesso precisaria ter

sido submetido à mais ampla discussão. Esta deveria preceder a publicação do decreto no Diário Oficial nada tendo a ver com «democratismos» ou «basismo», como se chegou a insinuar nos debates.

No que se refere ao conteúdo do PROFIC, acredito que mereceria uma análise mais detalhada já que são muitos os aspectos nele implicados que merecem nossa serena reflexão.

A primeira reflexão deve ser dirigida à idéia do PROFIC. Em meio à polêmica que se seguiu à publicação do decreto de sua criação, observou-se uma preocupação de se preservar a idéia em si. Diz um dos autores: «você não acha que essa idéia é muito bonita?». Em resposta, um dos críticos admite: «Qual idéia? A de salvar as criancinhas? Eu duvido que se levante alguém que não tenha essa idéia generosa, maravilhosa».

É um bom plano «teoricamente», ressaltam seus críticos, antes de enumerar seus aspectos passíveis de crítica.

O PROFIC revela um compromisso social com as crianças mais pobres cujos pais precisam trabalhar e que, portanto, necessitam de uma escola de tempo integral. Coloca como prioridade o atendimento pré-escolar e, embora desviando de sua especificidade escolar, chama a atenção para o problema do aleitamento materno. Rompe com a preocupação exclusiva com a instrução e introduz o objetivo de atender integralmente a criança. Seu conceito de criança como uma totalidade é uma novidade em um país que sempre a concebeu de forma fragmentária e multiplicou os órgãos públicos com o pretenso objetivo de atendê-la. A idéia de coordenação das ações de atenção à criança, procurando conjugar e integrar esforços deve merecer a simpatia de todos que se interessam pela sorte da infância em nosso país. A visão unificada da criança de 0 a 14 anos deve ser vista como uma das novidades positivas do Programa.

O «casamento» da educação com a saúde promovida pelo PROFIC é um avanço em relação às propostas «puristas» de educadores e médicos que não têm tradição de trabalho conjunto, embora visem o mesmo «público-alvo». É necessária maior aproximação entre a pedagogia e a medicina em um país onde os problemas de educação e de saúde realizam uma sinistra convivência.

Depois dessas considerações favoráveis ao PROFIC, pode-se começar a levantar dúvidas quanto à sua viabilidade. Primeiramente, pelo paradoxo de que onde ele é mais necessário é também mais difícil de ser implantado. Em segundo lugar, pela sua característica de «programa de governo» e não de um programa restrito à secretaria da educação. Este último aspecto revela um outro paradoxo: a visão de totalidade da criança implícita no PROFIC é um de seus maiores méritos e ao mesmo é também a responsável pela sua dificuldade de implantação. Sua abrangência e amplitude, louváveis

porque rompem com a visão fragmentária da criança, são de difícil aplicação porque se a política deve ter uma perspectiva globalizante, sua execução se dá por meio de ações específicas da escola, centro de saúde e outras agências governamentais. Conciliar a integração com a especificidade parece ser o grande desafio que o governo precisa vencer, extinguindo as ações paralelas e conflitantes e promovendo uma ação unificada entre seus vários órgãos de planejamento, execução e avaliação de política social.

É discutível que a secretaria da educação, situada no mesmo nível hierárquico no organograma da estrutura de governo possa assumir uma função de coordenação. A esse respeito, gostaria de mencionar o exemplo do PRONAN, programa nacional de alimentação e nutrição. Ao criá-lo, o governo federal pretendia integrar as ações de alimentação. Cometeu, entretanto, o erro de entregar a coordenação do programa ao Ministério da Saúde, situado no mesmo nível dos demais Ministérios envolvidos, além de ser politicamente fraco. O que se viu então foi um programa muito bem idealizado não conseguir atingir plenamente seus objetivos. Estava em jogo, no caso do PRONAN, como está em jogo, no caso do PROFIC, uma questão de poder. Se naquela época era necessária a criação de um organismo supraministerial, ligado diretamente à Presidência da República — um Ministério Extraordinário da Alimentação e Nutrição, hoje talvez se devesse pensar em um órgão supra secretarias, ligado diretamente ao gabinete do governador — uma secretaria extraordinária. Este órgão teria a seu cargo a função — e o poder — de coordenar a política estadual da infância, desde o aleitamento natural até o «problema do menor» com ações preventivas e profiláticas.

Parece-me também que há necessidade de se pensar em ações voltadas não para a criança isoladamente, mas para a família, envolvendo os chamados «grupos vulneráveis», ou seja, a gestante, a nutriz e a criança.

A proposta de um Estado do Bem-Estar Social deveria ser melhor considerada ao se pensar em uma política social global realizada por um governo que dê prioridade às questões sociais. Uma sociedade que vise ao desenvolvimento, e não apenas ao crescimento econômico, não pode deixar de considerar ações específicas para «os bolsões de pobreza e miséria» situados nas periferias das cidades, na zona rural e nas regiões mais subdesenvolvidas do país. O PROFIC tem o mérito de voltar os olhos exatamente para esse grande segmento social, rompendo com a tradicional visão elitista e elitizadora que sempre privilegiou uma minoria.

Com todas as restrições que se possa fazer ao Programa de Formação Integral da Criança, parece-me que devemos aproveitar essa oportunidade para uma reflexão profunda a respeito de seus pressupostos e propostas.

Sem preconceitos nem dogmas, mas com o espírito aberto, precisamos observar o que de positivo ele apresenta no sentido de permitir avanços em relação aos caminhos já percorridos pelo sistema de ensino brasileiro e que têm se mostrado ineficientes se considerarmos que muitas crianças são mantidas fora do sistema escolar, apesar da obrigatoriedade e gratuidade constitucionais e das que entram muitas não conseguem permanecer.

Ainda que para recusar as respostas que o PROFIC apresenta, temos que fazer as perguntas que ele suscita a respeito do papel do Estado e da escola, a respeito da especificidade da instituição escolar, a respeito das soluções provisórias e das definitivas para a solução dramática em que vive a criança brasileira. Uma comparação entre o PROFIC e o CIEP só viria a enriquecer o debate. A propaganda-profecia deste último, segundo o qual «um dia todas as escolas vão ser assim» poderia ser criticamente analisada.

Gostaria de encerrar estas limitadas considerações gerais sobre a «história imedita» do PROFIC, mencionando a necessidade de se consultar a criança. Ainda que pareça exdrúxula e demagógica a proposta, ela merece ser considerada. Tanto os discursos oficiais quanto os discursos acadêmicos que se pretendem porta-vozes dos interesses infantis precisam ser desmitificados.

As crianças, consideradas a parte mais reprimida da sociedade, precisam ser ouvidas. Elas não têm tido voz, ficando muitas vezes à mercê do «discurso competente» do «elitismo corporativista» ou de especialistas que elaboram projetos para serem impostos. Elas não votam, não se organizam em partidos, não reivindicam, não pressionam e constituem a «maioria silenciosa» de um mundo construído pelos adultos para os adultos.

A discussão sobre o PROFIC traz, portanto, muitas implicações. Podemos questionar, a partir de suas propostas, o tipo de sociedade que estamos construindo. Que compromissos temos com o grande segmento da população infantil? Talvez as reflexões nos levem até a nos indagar se não precisamos repensar o modelo de sociedade fechada que temos, a começar a pensar numa sociedade transparente onde todos vivam e convivam com suas crenças e ideologias e as possam expor claramente, mas, que acima de tudo esteja o compromisso com a verdade, sem seitas secretas, ideologias suspeitas ou discussões que mais dividem do que unem, em torno de objetivo comum que é uma sociedade mais justa, humana, igualitária onde todos os homens tenham seus direitos respeitados.

Nessa sociedade transparente, governantes e governados dialogam e expõem seus objetivos, revelam seus meios, dão-se as mãos.

Somos a oitava economia do mundo e vivemos repetindo que somos um país pobre que precisa encontrar soluções modestas para

seus problemas. Parece que somos «pobres» ao propor soluções para nossos problemas de educação e saúde, mas o mesmo argumento não é invocado quando se trata de construir Transamazônica, Ferrovia do Aço, Usinas nucleares, Metrô, modernas rodovias etc. Por que? não expor ao debate nosso sistema econômico social nossa distribuição/concentração de renda, sistema de propriedade da terra, dívida externa, sistema de privilégios... isenções e sonegações de impostos...

Que a reflexão final seja, portanto, a respeito dessa sociedade transparente que precisamos construir onde os planejamentos e as decisões sejam divididos entre governantes e governados e a questão social ocupe o lugar que precisa ocupar. Que a proverbial falta de recursos, argumento sempre invocado quando se trata de encontrar soluções para nossos mais graves problemas sociais, seja «demonstrada» nos orçamentos desagregados e prestações de contas de nossos governantes.

Enfim, que nessa sociedade transparente, O Estado e a escola assumam o papel que a «comunidade» determinar. Que não seja uma «comunidade» só de adultos mas, onde as crianças tenham vez e voz.